

A DIMENSÃO POLÍTICA DA CULTURA NEGRA NO CAMPO: UMA LUTA, MUITAS LUTAS*

Neusa Maria Mendes de Gusmão

A Antropologia dos anos 1980 trouxe à tona questões relativas ao segmento negro da população brasileira tomados em face de suas expressões religiosas, de sua identidade e resistência. A ótica predominantemente centrada nos processos de discriminação e diferenciação trazia a marca dos tradicionais estudos raciais e urbanos. Com essa perspectiva, confirmava-se a tradição de Bastide e de Florestan Fernandes, que postulavam o meio rural como desagregador e no qual a persistência de traços culturais e da condição étnica dificilmente dar-se-ia. No entanto, em razão da modernização e expansão da sociedade brasileira, é também nesta época que muitas comunidades rurais negras são "descobertas", ganhando visibilidade e colocando novas questões em debate.

A questão étnica e histórica do negro no campo envolve uma realidade política fundamental na história da sociedade nacional que diz respeito às formas não-típicas de acesso à terra e que é discutida por este trabalho. Os muitos caminhos de constituição dos grupos negros e de seus territórios revelam o tempo presente de comunidades negras contemporâneas, como um momento de transição e luta. Luta negra e camponesa em torno de uma identidade coletivamente construída; em torno de uma terra comum. Ao abordar os muitos significados da resistência camponesa e negra, revela-se aqui um meio rural complexo, nada uniforme. Dele fazem parte um passado histórico geral, a conformação de realidades singulares que, em particular no caso dos grupos negros, tornam explícitos os limites impostos ideologicamente por uma sociedade branca e em expansão.

Por esta razão, os processos sociais entre segmentos diversos imprimem ao confronto sua natureza política em termos raciais e de classe. Em jogo experiências diversas e formas de saber construídas em múltiplas interações sociais, próprias de um campo de tensão que é histórica e ciclicamente ativado. A realidade do camponês negro envolve um contexto econômico relativo ao mercado de trabalho e de terras; envolve uma forma particular de comportamento forjada no interior da condição escrava; envolve a adaptação e recriação constante de si mesmo e do grupo no interior de práticas socialmente cristalizadas e constitutivas de uma memória e tradição. Memória e tradição que, ativadas no interior da luta comum, tornam-se suportes fundamentais de resistência e persistência como grupo, como camponês e como negro.

O caminho percorrido por este trabalho foi o de buscar compreender a origem e desenvolvimento de todos esses aspectos numa realidade negra e camponesa particular: Campinho da Independência, bairro rural negro do município de Parati, sul do Estado do Rio de Janeiro. Buscou, também, estabelecer as articulações e os mecanismos de inserção deste grupo na sociedade inclusiva, compreendendo sua história particular entretecida na realidade de um movimento social de luta pela terra. Compreender a luta pela terra de negros, terra camponesa a partir das formas culturais e sociais engendradas pelo próprio grupo, como grupo étnico cuja etnicidade se constrói frente ao outro, mas sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, foi o desafio maior que exigiu compreender, na vivência camponesa, uma das muitas formas de se ser negro-brasileiro.

A trajetória do grupo negro de Campinho expõe a transformação de sua realidade histórica no tempo, onde a duplicidade da terra, como território e como mercadoria, marcam diferentemente as relações sociais que se processam no interior do grupo e do grupo para com a sociedade inclusiva.

No primeiro caso, na organização em torno dos direitos comuns, do direito costumeiro, das formas de acesso à terra, da organização do trabalho individual e coletivo bem como, na dimensão simbólica que os acompanha, revelam-se os limites étnicos dados pelo parentesco. A armação comunitária em torno de dois eixos: o parentesco e a etnia postulam um conjunto de valores e de práticas culturais próprias, forjadas no "patamar da escravidão", através do grupo doméstico, da família, como suporte da organização social e base da intensa solidariedade e reciprocidade entre os membros do grupo. A identidade particular, individual ou coletiva é então parte integrante de uma história comum e partilhada através dos tempos, por um grupo de descendência cuja origem está centrada em três mulheres, escravas da Casa Grande da antiga Fazenda Independência. Fazenda cujas terras foram recebidas por elas através de doação.

A realidade social, organizada através do parentesco, contém assim vários fatores combinados que confirmam o indivíduo como sendo do grupo, como tal, um negro e parente e, finalmente, herdeiro da terra comum. Os direitos à terra, transmitidos por linha materna, explicitam a presença da mulher nos mecanismos de reprodução social e encontram nela o fator básico de permanência no tempo. É a mulher que recebe e transmite a terra; é ela e seus filhos que tradicionalmente nela permanecem sustentando o trabalho familiar e a posse da terra, enquanto o homem encontra-se fora, no mercado de trabalho, tal qual fora na escravidão. Desse modo, terra e direitos se fazem na representação coletiva como bem-comum dos mais velhos, isto é, das mulheres de origem e bem indivisível, deixada pelos "troncos" aos de agora. As terras que habitam são assim "terras de troncos", "terras ancestrais". Não é qualquer terra, mas um território.

Por outro lado, a alteridade com o branco revela a terra-território como terra-mercadoria, investida não pela história singular, mas pela sociedade inclusiva. E aí, terra camponesa cujos moradores são posseiros, lavradores e subalternos. O grupo negro de Campinho estabelece, assim, uma múltipla identificação com o mundo social cuja mediação é feita pela terra. Em suas relações, conforme os sujeitos em confronto, acionam diferentes identidades e fazem delas um meio para resistir na terra sua, entre os seus.

Resistir conta aqui com o fato de a localidade estar ligada à produção entre parentes, via o plantio da mandioca e o fabrico da farinha. Conta com o fator essencial que faz dessas atividades um trabalho de mulher, vinculando a ela a posse da terra familiar e a condição camponesa. A produção da vida se faz como fator estruturante do imaginário coletivo e essencial na representação do social que libera o homem para o trabalho assalariado, intensificado como necessidade na luta jurídica pelo direito à terra. A divisão social de trabalho, ao alocar em espaços diversos o homem e a mulher, o trabalho camponês e o trabalho assalariado, assegura a continuidade estrutural de grupo e confirma o lugar da



* Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Antropologia Social) FFCLH/USP, 1990.

mulher na vida comunitária. A terra-território é, assim, uma terra uterina e a mulher, suporte das estratégias de reprodução da vida camponesa.

Hoje, momento de luta e desconforto, de ameaça e desagregação, reforça-se a presença feminina no rural, na produção de subsistência, garantindo-se na representação de todos o modelo comunitário conquanto seja a mulher e seus filhos que o concretizem na prática. O fortalecimento do universo mítico original, como argumento e condição de continuidade, possibilita ao grupo como um todo, independente da relação direta com a terra, ver-se e ser visto como camponês; permite resistir à proletarização definitiva e lutar contra a perda da terra comum.

O espaço comunitário, no entanto, encontra-se exposto aos dois níveis da realidade social: ao interno ao grupo e ao externo a ele. As mudanças de hoje transformam a natureza do trabalho, a natureza histórica da relação com a terra e do próprio grupo. O contexto de enfrentamento de novas relações sociais acarreta a presença de outros agentes no cenário da luta — a Igreja, o Sindicato Rural, o Partido. Com eles, novas linguagens introduzem clivagens que alteram a vida e transformam a realidade do negro de Campinho. Interesses e demandas diversas implicam novos espaços de ação, de alianças e de mobilização. Nem sempre a premência da luta permite a compreensão dos elementos próprios da história do grupo, dos componentes simbólicos que a sustentam. Impõem-se, assim, relações concretas de outra ordem. Na organização política de luta pela terra entram em jogo: a terra, a produção social, os parentes, a comunidade, os negros. Entra em jogo a vida na terra e a terra na vida e existência do grupo.

A conclusão revela que a luta que envolve as chamadas “terras de preto” não é pura e simplesmente igual à outra luta qualquer do meio camponês. Ao envolver uma dimensão étnica e a terra como território, o movimento dessa luta particular põe em questão o papel da mediação representada por agentes e agências que interferem na luta, sem compreender as temporalidades históricas distintas de que são portadoras; sem compreender o papel de um passado cultural consolidado. Em questão a emergência de atores políticos diferenciados e de novas formas de fazer política. Em questão o papel dos movimentos sociais frente ao Estado e frente ao universo cultural próprio, forjado de modo particular por anos e anos de resistência.

Aqui, a importância do conjunto de representações com que o negro camponês decodifica o sistema político, suas regras e instituições construindo um quadro de referência de seu posicionamento perante o mesmo e que, segundo Viegas e Reis¹, se faz presente na gênese e produção de seus comportamentos políticos.

Um olhar profundo no contexto da luta pela terra implica ver uma comunidade que quer se ver representada pelo Estado, ser sujeito de direitos legais e políticos historicamente não-reconhecidos, mas revela também que, como grupo e grupo étnico, a luta toma por base não o Estado, mas a cultura como espaço dinâmico e político de ação. A dimensão cultural da luta torna explícitos os modelos políticos em jogo, revelando os referentes sociais de seu universo tal como encontra-se estruturado na prática, na tradição e na memória. A cultura política do campesinato e, em particular, de camponeses negros em luta pela sua terra, exige de todos o debate da diferença, do direito à especificidade e, principalmente, da alteridade no campo político das relações raciais.

1. José Viegas e Manuela Reis. Campesinato e Regime Democrático, em *Sociologia — problemas e práticas*, nº 5, Publicações Europa-América, Portugal, out. de 1988.